

EMENDA Nº AO PL Nº 2462/1991

(Do Senhor Neucimar Fraga)

EMENDA ADITIVA

Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade.

Inclua-se o art. 359-S no capítulo IV, que tratar do crime contra o funcionamento dos serviços essenciais do PL Nº 2462/1991.

**CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS
SERVIÇOS ESSENCIAIS**

Sabotagem

Art. 359-R.....

359- S. Incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, com o objetivo ou não de forçar a autoridade pública a praticar ato, abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral.

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum



JUSTIFICAÇÃO

A escalada de violência pela qual o Brasil tem passado ao longo dos anos, são fruto de uma série de fatores, mas sobretudo, pela ausência de cumprimento da lei e da quantidade de benefícios que a lei penal oferece aos criminosos.

É sabido que a violência no país ocorre das mais diversas formas: desde os crimes contra o patrimônio, em grande parte fruto da enorme desigualdade social existente no Brasil, até os crimes mais complexos, passando por tráfico de drogas, órgãos, armas e crimes cibernéticos. De outro lado, alguns crimes se tornaram tão comuns no país, sem possuírem, entretanto, a devida tipificação no Código Penal.

O trabalhador tem se deparado nos últimos 30 anos, com uma escalada de atos de violência que o afeta diretamente, seja nas horas de trabalho ou seja no medo: **incêndios intencionais em ônibus urbanos.**

Trata-se de um tipo de violência muito peculiar e tipicamente brasileiro, dado que não se tem notícia desse comportamento em outros lugares do mundo na frequência que vem acontecendo no Brasil.

No passado, apesar de merecer todo repúdio, o ato de queimar ônibus servia para chamar atenção da opinião pública de das autoridades para determinados problemas. Ocorre que nos últimos anos, ultrapassou todas as fronteiras do bom senso, sendo responsável por mortes, pessoas feridas e destruição. Por trás de ocorrências assim, há criminosos de todos os tipos, que agem principalmente em represália a medidas de combate ao crime organizado dentro e fora das prisões.

Segundo dados da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos, NTU, 4.330 ônibus foram queimados nos últimos 30 anos, 20 pessoas morreram, 62 ficaram feridas e o total de pessoas que deixaram de ser transportadas (2,2 milhões) equivale a 28 estádios do Maracanã lotados¹.

Em 17 de janeiro de 2019, a associação enviou um histórico e casos de 1987 para o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o general Augusto Heleno. As ocorrências foram contabilizadas de 1987 até julho de 2018. Além das vítimas fatais e feridos graves, a queima de ônibus priva as comunidades de transporte, uma vez que a reposição dos veículos leva vários meses.

¹ Galhardi, Eurico Divon. **Fogueiras da insensatez: porque queimam os ônibus no Brasil**/Eurico Divon Galhardi. - Brasília: NTU; CNT, 2018



Os incêndios, segundo a NTU, também geram graves prejuízos econômicos, uma vez que não há cobertura de seguro para esse tipo de sinistro e as empresas têm que arcar integralmente com os custos envolvidos.

No Estado do Espírito Santo, os prejuízos causados por incêndio a ônibus na Grande Vitória, no Espírito Santo, ultrapassam o valor de R\$ 4 milhões. Segundo o GVBus (Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano), 12 veículos foram incendiados em 2020.

Para conter o aumento da criminalidade e garantir um Brasil mais seguro para os homens e mulheres de bem do país é que apresentamos a presente emenda com o intuito de tipificar a conduta e, assim, puni-la na medida que se exige.

Por essa razão, solicitamos o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta proposição.

Sala de Sessões, em 4 de maio de 2021

Deputado Neucimar Fraga
PSD/ES

